

GDF prevê Orçamento de R\$ 53 bilhões para 2023

Executivo local envia Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara Legislativa hoje. Texto inclui nomeações de 8,3 mil servidores, abertura de 6,2 mil vagas em concurso público e R\$ 19,2 bilhões em repasses do Fundo Constitucional do Distrito Federal

» ANA ISABEL MANSUR
» ANA MARIA CAMPOS

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 (PLDO) será enviado hoje à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) pelo Executivo local. O texto estima uma receita de R\$ 53 bilhões para o próximo ano, composta por R\$ 33,8 bilhões de origem local e R\$ 19,2 bilhões do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), repassado pela União. O total supera as quantias aprovadas pela Casa nos dois últimos exercícios: no ano passado, o montante ficou em R\$ 28,9 bilhões — 7,49% a mais do que em 2021 (R\$ 26,9 bilhões).

A expectativa do Governo do Distrito Federal é arrecadar R\$ 21,4 bilhões, investir R\$ 1,5 bilhão em obras e aplicar R\$ 12,3 bilhões na manutenção da máquina pública. Os recursos do FCDF se destinam às áreas da segurança pública, da saúde e da educação. Além disso, há previsão orçamentária de R\$ 1 bilhão para contratação de 8,3 mil servidores e abertura de 6,2 mil vagas em concurso.

O PLDO reserva, ainda, R\$ 2,3 bilhões para reestruturação de carreiras e concessão de reajustes ao funcionalismo público. "Podemos fazer essas previsões porque estamos com as finanças ajustadíssimas", destacou o governador Ibaneis Rocha (MDB) ao **Correio**. Entre as secretarias que devem contar com novos servidores estão Saúde, Educação e Economia.

Na pasta de Saúde, há R\$ 329,64 milhões para preenchimento de 5,4 mil vagas; na educação, serão R\$ 258,51 milhões, com provimento de 5,3 mil cargos. Apesar dos planos, os valores compreendidos no projeto não são conclusivos. "Estamos incluindo esses gastos na peça orçamentária de 2023, mas o comportamento da economia e a arrecadação no período é que vão definir quais ações serão efetivadas no próximo ano", comentou o secretário de Economia, Itamar Feitosa.

Parlamentares

Uma vez lido em plenário na Câmara Legislativa, o PLDO deve ser votado até o fim de junho, antes do recesso parlamentar. Depois de sancionada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) se torna uma norma autorizativa. Assim, o DF não terá, necessariamente, de cumprir todas as despesas previstas no texto. "Vamos tratar a LDO de maneira técnica. Não se pode fazer nada que não esteja nela, mas também não há obrigação de fazer o que está nela", afirmou o deputado distrital Agacieli Maia (PL), presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da CLDF. "Esse é um regulamento, um validamento do que será a LOA (Lei Orçamentária Anual), elaborada no segundo semestre e que precisa ser aprovada pela câmara até 15 de dezembro."

Apesar do otimismo em relação ao total de recursos disponíveis, o montante condiz com o cenário econômico atual do DF, segundo Agacieli Maia. "É normal que o governo não crie

Previsão de valores do Fundo Constitucional do Distrito Federal

R\$ 9,6 bilhões
Segurança pública

R\$ 5 bilhões
Saúde

R\$ 4,5 bilhões
Educação

Estamos incluindo esses gastos na peça orçamentária de 2023, mas o comportamento da economia e a arrecadação no período é que vão definir quais ações serão efetivadas no próximo ano"

Itamar Feitosa, secretário de Economia do DF

Previsão

Em 2023, governo local deve nomear **8.384 servidores** e autorizar a abertura de **6.242 vagas** em concursos públicos, no Executivo e no Legislativo

NOMEAÇÕES

Secretaria de Educação: 5.391
3,1 mil professores da educação básica (40h)
150 pedagogos orientadores educacionais (40h)
258 analistas de gestão educacional
1.383 monitores de gestão educacional
400 técnicos de gestão educacional

Secretaria de Saúde: 1.019
602 agentes de vigilância ambiental em saúde
417 agentes comunitários de saúde

Secretaria de Administração Penitenciária: 400
400 policiais penais

Secretaria de Justiça e Cidadania: 210
76 agentes socioeducativos
56 especialistas em assistência social
36 técnicos em assistência social
26 técnicos socioeducativos
16 especialistas socioeducativos

Secretaria de Desenvolvimento Social: 170
90 especialistas em assistência social
80 técnicos em assistência social

Procuradoria-Geral do Distrito Federal: 165
65 procuradores do Distrito Federal
57 analistas jurídicos
43 técnicos jurídicos

Secretaria da Mulher: 66
40 especialistas em assistência social
26 técnicos em assistência social

Controladoria-Geral do Distrito Federal: 43
43 auditores de controle interno

511 Secretaria de Economia
100 Câmara Legislativa do Distrito Federal
95 Fundação Hemocentro de Brasília
80 Defensoria Pública do Distrito Federal
50 Tribunal de Contas do Distrito Federal
49 Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
25 Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
10 Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal

Fonte: Secretaria de Economia do Distrito Federal

AUTORIZAÇÕES

Secretaria de Saúde: 4.424
1,2 mil técnicos em enfermagem (20h)
800 médicos (20h)
600 enfermeiros (20h)
500 especialistas em saúde
300 analistas em gestão e assistência pública à saúde (20h)
300 assistentes em gestão e assistência pública à saúde (20h)
250 médicos (40h)
200 enfermeiros (40h)
150 cirurgiões-dentistas
74 auditores fiscais de atividades urbanas
50 técnicos em gestão e assistência pública à saúde

Universidade do Distrito Federal: 350
250 professores de educação superior (40h)
100 tutores de educação superior (40h)

Policia Civil: 260
60 gestores de apoio às atividades policiais civis
200 analistas de apoio às atividades policiais civis

Departamento de Trânsito: 208
85 agentes de trânsito
34 analistas de trânsito
89 técnicos de trânsito

461 Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
224 Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
96 Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal
69 Instituto de Defesa do Consumidor
65 Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
35 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
30 Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística
10 Secretaria de Transporte e Mobilidade
10 Secretaria do Meio Ambiente

Auxílio reajustado para servidores

A partir de julho, servidores do Governo do Distrito Federal passarão a contar com auxílio-alimentação de R\$ 640. Atualmente, o valor do benefício é de R\$ 394,50. O decreto que prevê a correção de 62,23% foi publicado no *Diário Oficial* (DODF), ontem. Ao anunciar a medida, pelas mídias sociais, o governador Ibaneis Rocha (MDB) afirmou que a decisão se dá em razão da subida de preços na capital do país (**leia mais na página 14**). "O reajuste é para repor as perdas inflacionárias (acumuladas) desde 2014", escreveu o chefe do Executivo local. A atualização considera as variações verificadas desde 1º de maio daquele ano — data do último aumento — até 30 de abril de 2022.

A previsão é de que a mudança injete R\$ 164 milhões na economia do Distrito Federal neste ano. Para os próximos, segundo a Secretaria de Economia, o impacto será de

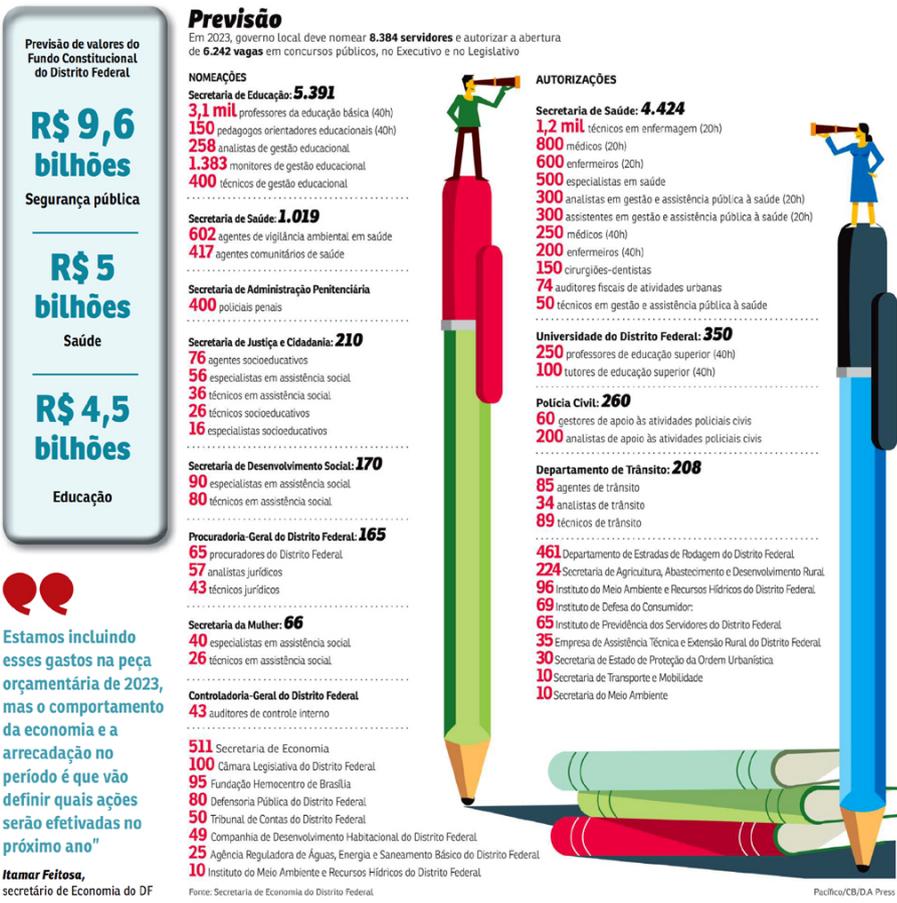
Comparativo		
Auxílio-alimentação aos servidores de demais Poderes e órgãos públicos		
Câmara Legislativa do Distrito Federal	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	Tribunal de Contas do Distrito Federal
R\$ 1.532,63	R\$ 910,08	R\$ 1.598,55

R\$ 282,8 milhões. O aumento contemplará 101.476 servidores ativos da administração direta do DE que inclui — além de Governadoria, Vice-Governadoria e chefia de gabinete do Palácio do Buriti — as Casas Civil e Militar; secretarias de Estado; administrações regionais; Procuradoria-Geral e Controladoria-Geral do DF; Corpo de Bombeiros Militar; polícias Militar e Civil; Jardim Botânico; e Arquivo Público.

Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindicato), Ibaneis Yusef afirma que a correção era esperada desde o início da gestão Ibaneis Rocha. No entanto, a quantia ficou aquém do desejado pela categoria. "O anunciado hoje está muito abaixo do que defendemos e bem distante da realidade

de que se gosta com alimentação no DF. A vontade da entidade é de que o valor seja reajustado anualmente, para recompor a inflação", defende o gestor.

Para Thiago Sorrentino, professor de direito do Estado no Ibmec Brasília, o aumento no fiquete é mais vantajoso do que correções diretamente na folha de pagamento. "Sobre esse tipo de benefício, em muitos casos, não há incidência do Imposto de Renda nem de contribuição previdenciária." Quanto à revisão do valor em ano de eleições, o professor explica que a medida seguiu o definido pela Lei Eleitoral. "Ajustes podem ocorrer, de acordo com a legislação, estritamente para recompor a perda do poder aquisitivo e recompor a correção inflacionária, até 180 dias antes do pleito. Esse prazo se estende até a posse", completa Thiago. (AIM)



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF